

ALÉM DAS MATERIALIDADES: A TRADIÇÃO ORAL, OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E A MEMÓRIA COLETIVA*

LOIS LADRA**

*Tal como a ecologia nasce da mesma cultura
que produziu a poluição,
também o antiquariato nasce
da mesma cultura que impôs
as coisas novas no lugar das velhas.*

Italo Calvino, 1993
A Memória do Mundo

Resumo: *A arqueologia estuda o passado principalmente através da análise de evidências materiais. Um dos seus objetivos principais é o de poder criar um relato social e cultural coerente sobre as comunidades humanas pretéritas. A maioria das paisagens atuais conformam verdadeiros palimpsestos nos quais as memórias locais e a tradição oral têm muito a dizer sobre esses processos de antropização e os seus vestígios materiais. Porém, os grandes projetos de intervenção arqueológica nem sempre aproveitaram este vasto potencial informativo através da imprescindível colaboração com etnólogos e antropólogos, que permite enriquecer a qualidade dos resultados obtidos num quadro interpretativo mais alargado e multivogal.*

Palavras-chave: *arqueologia; tradição oral; etnologia; memória local.*

Abstract: *Archaeology deals with the past through materialities. One of its main goals is to build narratives about the relationship between human societies and their environments. Most nowadays rural landscapes are really complex and multi-layer based, but local memories and oral traditions about them are inevitable if we try to understand archaeological sites in a more powerful way. Archaeologists should develop their research projects in a narrower and more intense collaboration with ethnologists to get a broader interpretative frame.*

Keywords: *archaeology; oral tradition; ethnology; local memories.*

1. PONTO DE PARTIDA

A tradição oral não deixa de ser um conceito relativamente ambíguo, pois com ele têm trabalhado de modo muito heterogéneo disciplinas académicas tão díspares como a história, a antropologia ou a literatura. Em certa medida, para se poder tratar deste tema devemos partir de uma das principais obras monográficas de referência: o clássico manual sobre a tradição oral do historiador belga Jan Vansina¹. Este autor afirma, categoricamente, que a tradição oral se define como um conjunto de testemunhos

* Se o *copyright* das imagens não for indicado, pertence ao autor deste texto.

** Lúnula – Património Cultural e Arqueologia. Email: lunulapatrimonio@gmail.com.

¹ VANSINA, 1966 [1961].

orais narrados relativos ao passado². Para ele, a tradição oral constitui uma fonte histórica importante, mas deve sempre ficar subjugada à documentação escrita e aos dados arqueológicos fornecidos pelo estudo da cultura material.

Partindo deste pressuposto, «as tradições orais não podem ser consideradas como autênticas até serem confirmadas por descobertas arqueológicas ou por dados linguísticos»³. No entanto, este autor reconhece como válida a já clássica definição epistemológica da etno-história anteriormente proposta por Herskovits, que afirmava perentoriamente que esta deve basear-se em quatro tipos de fontes: a história escrita, a arqueologia, a tradição oral e a etnologia⁴. Para além de Vansina, um dos maiores defensores da valorização académica do estudo da tradição oral foi Evans-Pritchard, quem, como bom funcionalista, a considerou sempre como uma representação coletiva do passado, suscetível de pesquisa e análise⁵.

Em relação à ideia da «oralidade», entendida como uma comunicação que exige uma relação direta entre os interlocutores, existe um vasto campo semântico que inclui conceitos muito estimados pelas ciências sociais, como podem ser os de «tradição oral», «história oral», «literatura oral» ou «memória oral». Devemos reconhecer que, talvez inadvertidamente, ou mesmo de maneira um tanto incorreta, sempre associamos o conceito de «tradição oral» às narrativas *emic* e a um vasto e alargado repositório local de conhecimentos endógenos. A oralidade, em si, não deixa de ser uma clara contra-posição frente à escrita e às materialidades, pois «a escrita torna a fala “objectiva”, transformando-a num objecto sujeito à inspecção visual e auditiva, [pois] é a passagem do ouvido para os olhos no receptor, e da voz para a mão no produtor»⁶. Em termos de antropologia da comunicação, escrita e oralidade constituem apenas duas formas distintas de transmissão de conhecimentos, em função do tipo de suporte utilizado. No entanto, admite-se com certa frequência que «é na oralidade que o povo cria, vive o seu quotidiano e perpetua a sua história»⁷. E convém não esquecer que a aparição da escrita e a sua universalização a todas as camadas sociais é um fenómeno histórico muito recente, pois «até finais do século dezanove, a alfabetização e a instrução mantiveram-se praticamente em todo o mundo confinadas a uma minoria»⁸ (Fig. 1).

² VANSINA, 1966 [1961]: 33.

³ VANSINA, 1966 [1961]: 15.

⁴ VANSINA, 1966 [1961]: 21.

⁵ VANSINA, 1966 [1961]: 21.

⁶ GOODY, 1988 [1977]: 55.

⁷ PARAFITA, 2012: 11.

⁸ GOODY, 1988 [1977]: 170.



Fig. 1. A oralidade constitui o principal mecanismo para a transmissão de conhecimentos nas sociedades rurais tradicionais. Silhades, setembro de 2010

Isto não pode deixar de nos surpreender, especialmente se considerarmos a longa tradição historiográfica que na Galiza associa quase sistematicamente a pesquisa arqueológica com o registo *in loco* das tradições orais ligadas aos diferentes sítios e vestígios. Ao longo da nossa trajetória profissional, inicialmente apenas como arqueólogo e, posteriormente, já também, como antropólogo, muitas vezes comprovamos uma realidade incontornável: as narrativas elaboradas sobre a maioria dos sítios arqueológicos, quer sejam *emic* (locais) quer sejam *etic* (forâneas), são quase sempre ricas, variadas e plurais. No entanto, no elitista e mais restrito âmbito académico, por vezes, é maior o grau de monolitismo em relação aos discursos da tradição oral local e com o leque explicativo mais alargado no que estes habitualmente se inserem. Apresentamos alguns exemplos.

O que muitas vezes tem sido catalogado como «Dólmen de Axeitos» sempre foi identificado pelos moradores locais como «A Pedra do Mouro»; o mesmo ocorre em relação ao «Petróglifo de Pedornes» cuja designação popular é «Auga dos Cebros» ou o «Castro de Viladonga» conhecido como «A Croa». Até certo ponto, no que diz respeito à nomenclatura dos sítios arqueológicos, parece existir um aparente divórcio entre a linguagem técnico-científica dos académicos e o vocabulário habitualmente empregado pelas comunidades locais. À primeira vista, enquanto a primeira prioriza a tipologia do bem arqueológico («dólmen», «petróglifo», «castro»...) e a sua localização administrativa («da paróquia X ou da paróquia Y»), a segunda enfatiza o seu carácter e morfologia aparentes («pedra», «água», «croa»...). E muitas vezes, a microtoponímia local insiste na suposta origem etiológica ou explicativa do monumento em causa: «da moura», «das ferraduras»... Porém, isto nem sempre é assim tão simples e tão linear, mas também não acontece por acaso: estamos perante dois discursos diferentes, apesar de ambos se referirem a uma mesma realidade física. Se deixarmos este patamar das

nomenclaturas e passarmos ao nível das funcionalidades atribuídas pelo «saber académico», na sequência do que acabámos de apresentar teríamos: uma «necrópole» ou enterramento coletivo, uma manifestação gráfica de «arte rupestre» e um tipo concreto de *habitat*, correspondente a um «povoado fortificado».

Por outro lado, convém ainda lembrar que a intervenção de uma equipa técnica num determinado sítio arqueológico, normalmente implantado no meio rural, supõe quase sempre a deslocação temporal da mesma desde um âmbito urbano — citadino ou *vilego* — ao local em questão, onde resulta habitual a interação direta dos forasteiros com as comunidades locais. Apesar de poder ter muitas vezes um caráter meramente formal ou superficial, desta mais ou menos empática interação e da maior ou menor sensibilidade dos arqueólogos, pode surgir um diálogo sobre o objeto de estudo, que ultrapasse o limiar da curiosidade meramente folclórica e venha a reconhecer a validade alternativa ao discurso científico oficial que representam os depoimentos etnográficos dos habitantes locais. Em circunstâncias ideais, este «saber do povo» poderá ser considerado significativo pelos arqueólogos mais *voluntariosos*, e até poderá ser recolhido, registado e analisado em profundidade com metodologias específicas por verdadeiros profissionais no estudo das tradições orais, como podem ser a maioria dos etnólogos e dos antropólogos.

Sem pretender realizar um relatório exaustivo, iremos, nas páginas que se seguem, apresentar uma breve série de exemplos tomados da prática profissional da arqueologia na Galiza deste século, para posteriormente refletir sobre a nossa participação direta como etnólogo em algumas grandes empreitadas de projetos hidroelétricos recentemente desenvolvidas no âmbito português.

2. COLABORAÇÃO TRANSDISCIPLINAR: ALGUNS EXEMPLOS GALEGOS

Felizmente, na Galiza existe uma longa trajetória historiográfica no que diz respeito a arqueólogos diretamente envolvidos na recolha das tradições orais e nos estudos em que uma perspetiva etnológica, a par da arqueológica, se tem deixado notar, não apenas como simples complemento, mas, muitas vezes, como uma das suas bases interpretativas: Federico Maciñeira, Vicente Risco, Florentino López-Cuevillas, Fermín Bouza-Brei, Xesús Ferro-Couselo, Xosé Manuel González-Reboredo, Felipe Senén López-Gómez, María del Mar Llinares, Buenaventura Aparicio, Xoán Carlos García Porral, entre outros. Talvez este facto esteja diretamente relacionado com a ideia de que, no noroeste ibérico, em geral, e na Galiza, em particular, ainda sobrevive um dos mais ricos patrimónios culturais imateriais do ocidente europeu. Assim, são várias as recolhas pontuais ou sistemáticas daquilo que até há poucos anos se designava de *folklore arqueológico*⁹. Esta variante

⁹ GONZÁLEZ-REBOREDO, 1971; APARICIO, 1992, 1997; ALONSO, 1998.



Fig. 2. Para os camponeses locais, muitos sítios arqueológicos constituem marcadores culturais de tempos pretéritos. A Pena dos Mouros, janeiro de 2022

específica da tradição oral sempre esteve associada a determinados lugares que o povo conhece e reconhece como evidências físicas e/ou culturais de mudanças na paisagem que aconteceram em tempos remotos: túmulos pré-históricos, gravuras rupestres, povoados fortificados... Todas estas realidades arqueológicas não são para os camponeses simples produtos do acaso, pois nelas identificam, muitas vezes, a existência de marcas territoriais que precisam de uma explicação etiológica para poder compreender racionalmente a sua presença física (Fig. 2).

Como exemplos muito significativos da relação direta que na Galiza existe entre a tradição oral e os sítios arqueológicos, citaremos apenas pontualmente dois fenómenos pelos quais esta *finis terrae* é conhecida universalmente: a existência de uma das maiores concentrações regionais de túmulos pré-históricos da Europa Atlântica e o culto jacobeu que deu origem aos caminhos de peregrinação a Compostela. No primeiro caso, podemos afirmar que as lendas relativas aos «tesouros dos mouros» estiveram na origem da violação sistemática de mais de três mil mamoas nos princípios do século XVII¹⁰. No que diz respeito às numerosas lendas da mítica Rainha Lupa e do famoso Apóstolo Santiago, quase todas elas incidem em topologias sagradas que correspondem quase sempre a estações arqueológicas: o Pico Sacro, com a Rua da Rainha; o Castro Lupário, com as suas monumentais defesas; o *padrón* ou ara votiva galaico-romana onde foi amarrada a barca que trouxe ao *Cabo do Mundo* os restos do filho do Trono¹¹...

¹⁰ MARTÍNEZ-SALAZAR, 1909-1910.

¹¹ BALBOA, 2005.

Centremos a nossa atenção em alguns exemplos da importância que a tradição oral tem demonstrado possuir em determinados trabalhos arqueológicos desenvolvidos nos escassos anos deste terceiro milénio. Trata-se de sítios de natureza heterogénea, como podem ser povoados fortificados, círculos líticos e petróglifos.

No âmbito do primeiro Plano Diretor do Castro de Elvinha, que apresentava uma proposta de estudo integral deste singular sítio arqueológico, coube a uma arqueóloga sensibilizada com a prática etnográfica desenvolver um estudo antropológico do vale e da sua envolvência mais imediata¹². Este trabalho acabaria por se materializar editorialmente num magnífico registo cartográfico da microtoponímia local, da paisagem agrária e da geografia mítica de um vale ameaçado pelo processo de expansão urbana da cidade da Corunha¹³. Infelizmente, outros programas de intervenção arqueológica sobre este mesmo sítio foram posteriormente executados¹⁴, desaproveitando as enormes potencialidades de um valiosíssimo conhecimento local previamente adquirido e registado através da pesquisa etnográfica intensiva neste terreno. Seja como for, a recolha paralela de certos aspetos da tradição oral local neste mesmo sítio também forneceu interessantes resultados no que diz respeito aos trabalhos ali desenvolvidos pelo arqueólogo Luís Monteagudo em meados do século XX¹⁵ (Fig. 3).



Fig. 3. No Castro de Elvinha têm-se recolhido numerosas tradições orais. Pormenor exterior da muralha, agosto de 2002

¹² FILGUEIRAS, 2000.

¹³ FILGUEIRAS, 2008.

¹⁴ BELLO, GONZÁLEZ, 2008.

¹⁵ LADRA, 2003.

Seguindo expositivamente uma ordem cronológica, convém citar o caso dos Castros do Neixón, onde, a partir de um ambicioso projeto, os arqueólogos com responsabilidades diretas pelas intervenções de campo incluíram na correspondente monografia final uma acertada publicação, direcionada sob um olhar etnoarqueológico, encetado a partir do que os referidos autores designaram de «informação arqueológica popular». Esta informação, nascida como meta-relato endógeno criado pela comunidade camponesa local, não chegou a ser objeto de recolha e análise por parte de um especialista, etnólogo ou antropólogo, mas, mesmo assim, não deixa de constituir «um bom exemplo de que a informação popular é uma informação arqueológica perfeitamente válida e até mesmo imprescindível para os arqueólogos»¹⁶.

Nesta mesma década, tivemos oportunidade de participar enquanto arqueólogo nas duas fases de escavação de outro sítio emblemático na tradição historiográfica galega: o Círculo Lítico da Mourela. A intervenção arqueológica revelou-se extremadamente complexa, oferecendo estruturas, ergologias e datações absolutas em franca disparidade com a adscrição cronocultural previamente atribuída a este sítio. Porém, a pesquisa etnológica acabaria por se manifestar como um elemento-chave para o interpretar coerentemente em termos cronológicos, culturais e funcionais¹⁷.

No que diz respeito ao povoado proto-histórico do Castro das Croas, pode afirmar-se que a pesquisa etnográfica, neste caso em concreto desenvolvida por um antropólogo profissional, forneceu um valiosíssimo conjunto de informações que permitiram aos arqueólogos fazer uma melhor caracterização dos aspetos humanos tradicionalmente ligados a este sítio. As memórias dos vizinhos e as tradições orais locais ali recolhidas incluem um amplo repertório de património cultural imaterial: narrativas endógenas, microtoponímia, literatura popular, usos agrários e sociais do monte, relatos mitológicos, crenças religiosas, ciclos festivos e rituais, etc. As lendas relativas aos mouros míticos, aos seus tesouros e à suposta existência de longos túneis subterrâneos aparecem associadas quer ao povoado proto-histórico do Monte das Croas quer às estações de arte rupestre ali identificadas como pode ser o caso do Penedo da Moura, autêntico espaço catalizador de múltiplos conteúdos simbólicos. Concordamos plenamente com o antropólogo responsável pelo referido estudo, quando afirma de maneira taxativa que «renunciar a este conhecimento é um luxo que não se pode permitir um povo que aspire a ter um futuro»¹⁸.

Em definitivo, quer seja sob a designação clássica de «folklore»¹⁹ quer seja sob a mais moderna de «tradição oral»²⁰, ou sob a mais frequente e hoje predominante de

¹⁶ AYÁN, ARIZAGA, 2005: 297.

¹⁷ SARTAL, LLINARES, 2009.

¹⁸ QUINTÁ, 2016: 127.

¹⁹ GONZÁLEZ-REBOREDO, 1971.

²⁰ GARCÍA PORRAL, 2010: 23 ss.

«património imaterial»²¹, o certo é que a maioria dos sítios arqueológicos post-paleolíticos têm sido sistematicamente associados pela investigação antropológica a etnotextos ou narrativas endógenas locais. De facto, até contamos com um magnífico *corpus* de referências lendárias relativas a mais de 500 estações arqueológicas na Galiza²² e mais de 260 etnotextos recolhidos para sítios homólogos na região de Trás-os-Montes²³.

3. ARQUEOLOGIA E ORALIDADE NAS GRANDES BARRAGENS

Em Portugal, a inventariação do património cultural material diretamente afetado pela construção de grandes obras públicas é feita, exclusivamente, por arqueólogos: estudos de impacto ambiental, acompanhamentos diversos, medidas minimizadoras. Tal como já tem sido assinalado algumas vezes, este facto pode levar a algumas deficiências na qualidade dos registos que sobre determinados bens de natureza intrinsecamente etnológica e/ou arquitetónica podem realizar «técnicos pouco credenciados, segundo critérios e metodologias que não garantem o princípio da salvaguarda pelo registo científico»²⁴. Neste caso, a citação alude ao facto de que, nos numerosos casos estudados pela referida autora, «os arqueólogos assumiram em exclusividade a caracterização do património arquitetónico e arqueológico existente na área afeta aos projetos submetidos a avaliação de impacte ambiental»²⁵. Apesar do *voluntarismo* que caracteriza estas equipas de profissionais em contextos de urgência, certo é que temos sido testemunhas diretas de situações paradoxais no que respeita ao registo do património construído vernacular: por vezes, arqueólogos, que nunca viram funcionar um engenho hidráulico de moagem de cereais, elaboravam numerosas fichas descritivas deste tipo de materialidades, ocultando as suas carências cognitivas com informação social, cultural e contextual fornecida, quer por antropólogos através de inquéritos realizados entre as comunidades locais, quer por documentalistas através de dados custodiados em diferentes arquivos.

Seja como for, o certo é que a construção de grandes barragens ao longo das três últimas décadas fornece uma rica e diversificada casuística no que diz respeito ao registo, estudo e divulgação científica do património construído vernacular diretamente afetado pelos referidos empreendimentos (Fig. 4).

²¹ QUINTÁ, 2014.

²² APARICIO, 1999.

²³ PARAFITA, 2006.

²⁴ BRANCO, 2017: 412.

²⁵ BRANCO, 2017: 415.



Fig. 4. As grandes infraestruturas hidroelétricas têm um impacto irreversível e direto sobre o património etnológico. Paredão de barragem em fase de construção, junho de 2012

No caso do território afetado pela barragem do Alqueva, e apesar de não termos podido obter dados exatos em termos percentuais, chegaram a ser inventariados 2341 registos arqueológicos²⁶, muitos dos quais com uma atribuição cronológica correspondente ao período moderno. Tudo isto vem constatar a manifesta importância patrimonial, quer em termos qualitativos quer em termos quantitativos, das ocorrências vernaculares de carácter paleotécnico em ecossistemas flúvio-ribeirinhos. Porém, apenas os moinhos hidráulicos foram alvo de uma meritória pesquisa interdisciplinar que permitiu salvar o registo e o conhecimento derivado do sistemático e pormenorizado estudo deste particular tipo de engenhos²⁷.

Na barragem do Baixo Sabor (AHBS), as coisas aconteceram de outra maneira: nesta empreitada foram constituídas diversas equipas de profissionais responsáveis pelo estudo dos sítios diretamente afetados pelas obras, sob a coordenação-geral de um arqueólogo²⁸. Infelizmente, uma vez que as obras já terminaram há vários anos e foram entregues os correspondentes relatórios finais à tutela, podemos constatar três realidades claramente incontornáveis:

- Em termos quantitativos, mais de 90% dos elementos patrimoniais que foram identificados nas diferentes áreas de afetação são de natureza construída, agropecuária e vernacular, datáveis em tempos pós-medievais, modernos e/ou contemporâneos;
- Em termos qualitativos, a execução do Plano de Salvaguarda do Património Cultural (PSP) do AHBS, apesar de contar com profissionais altamente qualificados

²⁶ LANÇA, *ed.*, 2003: 251 e 258-347.

²⁷ JERÓNIMO, CORREIA, SILVA, 2003.

²⁸ DORDIO, 2013.

nas áreas de conhecimento da arquitetura e da antropologia, careceu em todo o momento de uma estrutura de coordenação independente e suscetível de ter produzido resultados concretos e discursos autónomos nestes campos, submetendo quase toda a narrativa oficial à retórica técnica de uma literatura arqueológica cinzenta e completamente esvaziada de conteúdo interpretativo, se dela retirarmos as achegas e os registos realizados por antropólogos, documentalistas, arquitetos e topógrafos.

- Em termos de produção de conhecimento científico, e sem deixar de reconhecer o mérito dos numerosos artigos entretanto publicados pelos arqueólogos responsáveis pelos estudos setoriais da pré-história, da arte rupestre e do período Romano, ainda hoje, não foram editadas quaisquer monografias que permitam avaliar os resultados do que foi um Plano de Salvaguarda do Património muito bem dotado economicamente, mas com graves deficiências ao nível da coordenação-geral, apesar de ter contado com recursos materiais e humanos impen-sáveis²⁹ (Fig. 5).

No Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua (AHFT) o certo é que, independentemente dos resultados qualitativos da imprescindível investigação etnológica ali desenvolvida³⁰, quer os três volumes do Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua³¹, quer os trabalhos específicos publicados pelos arqueólogos da Equipa de Acompanhamento em Obra, são mais do que eloquentes em termos estatísticos:



Fig. 5. O PSP do AHBS interveio arqueologicamente sobre numerosos sítios de natureza etnológica. Azenha do Poço da Barca, fevereiro de 2011

²⁹ SOEIRO, 2013: 244.

³⁰ LADRA, 2017.

³¹ CARVALHO *et al*, 2017.

- Nas fases do Estudo de Impacto Ambiental e do RECAPE «verificou-se que, do total das 104 ocorrências patrimoniais localizadas [...], 93 constituíam testemunhos referentes a contextos arquitetónicos e etnográficos e [apenas] 11 a ocorrências de carácter arqueológico»³².
- A fase posterior de prospeção intensiva do território «permitiu a observação e registo de 685 novas ocorrências patrimoniais: 661 relativas a ocorrências de carácter arquitetónico e etnográfico e [unicamente] 24 a contextos arqueológicos»³³.
- Finalmente, os trabalhos realizados exclusivamente por arqueólogos conduziram à realização de um «inventário superior a um milhar de contextos patrimoniais»³⁴, dos quais, mais de 90%, correspondem a elementos de natureza etnológica e atribuição cronocultural moderna/contemporânea (Fig. 6).

No que diz respeito à barragem projetada no rio Ocreza, a relevância patrimonial dos numerosos sítios arqueológicos identificados como engenhos hidráulicos foi motivo suficiente para que a tutela considerasse fundamental, entre as medidas técnicas de compensação pelo impacte das obras, realizar um exaustivo estudo molinológico que incluisse, para além do registo arqueológico das materialidades, a pesquisa etnológica da tradição oral local relativa às mesmas³⁵ (Fig. 7).



Fig. 6. No Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua verificou-se que a maioria dos sítios arqueológicos têm uma grande tradição oral. Monte da Cunha, julho de 2012

³² BARBOSA *et al.*, 2017: 377.

³³ BARBOSA *et al.*, 2017: 378.

³⁴ BARBOSA *et al.*, 2017: 384.

³⁵ LADRA, 2018.



Fig. 7. O Estudo Molinológico do rio Ocreza permitiu explicar o significado de diversos grafismos rupestres a partir da tradição oral local. Moinho do Cego, março de 2014

Em definitivo: verifica-se em todos os casos expostos que, quer em termos qualitativos quer quantitativos, os sítios identificados pelos próprios arqueólogos como ocorrências, elementos ou contextos patrimoniais mais diretamente afetados pela construção das grandes barragens são sempre de natureza esmagadoramente etnológica e não exclusivamente arqueológica. E a tradição oral local, convenientemente recolhida por etnólogos e antropólogos profissionais, tem aqui muito a acrescentar sobre o contexto social, económico, cultural e tecnológico em que todo este património se inscreve.

4. EM MODO DE CONCLUSÃO

O carácter distintivo que sempre teve a tradição oral foi, precisamente, o seu peculiar meio de transmissão: interpessoal, direto e não escrito. No entanto, a recolha sistemática destas tradições e o progresso alfabetizador conduziram a uma situação em que a maioria dos povos contam hoje com dois tipos de fontes relativas ao estudo do seu passado: as materiais, em suporte documental, quer este seja escrito e/ou arqueológico, e as imateriais, de transmissão basicamente oral.



Fig. 8. A peculiar morfologia de algumas manifestações geológicas dá origem a numerosos mitos de caráter etiológico. Cadeira da Senhora da Paixão em Arnal, junho de 2017

Apesar de estarmos cientes de que «não é preciso saber tudo para compreender alguma coisa»³⁶ no que diz respeito aos vestígios materiais do passado, cumpre que os arqueólogos e os antropólogos desenvolvam estudos interdisciplinares que contemplem sucessivamente as três fases do processo de construção do conhecimento: observar, registar e analisar. A pesquisa da tradição oral local permitir-nos-á compreender a natureza simbólica que muitos sítios arqueológicos manifestam nos mecanismos de representação cultural das comunidades humanas.

Com certa frequência, a memória oral local é assumida como «um veículo de transmissão intergeracional de valores e saberes que definem a estética de vida e a prática social do povo»³⁷. Em relação a isto, convém ainda lembrar que a paisagem, natural ou cultural, também pode ser um verdadeiro palimpsesto mnemotécnico para as comunidades humanas que a ocupam ou frequentam, ao atribuírem a determinadas formas geológicas ou vestígios arqueológicos narrativas etiológicas que explicitem o seu passado mítico e lendário³⁸ (Fig. 8).

Para muitos antropólogos, a passagem do tempo e a lembrança do passado formulam-se em termos socioculturais como um debate entre o dever da memória e o direito ao esquecimento. Assim, diante das três formas básicas de esquecimento: o retorno, o suspenso e o recomeço³⁹, situar-se-iam as três funções da memória: registar,

³⁶ GEERTZ, 2003 [1973]: 32.

³⁷ PARAFITA, 2012: 66.

³⁸ VANSINA, 1966 [1961]: 51.

³⁹ AUGÉ, 2001: 67- 69.

conservar e recuperar⁴⁰. O esquecimento e a memória são solidários e necessários, mas convém lembrar que o dever da memória é o dever dos descendentes, e possui dois aspetos: a lembrança e a vigilância. Como estudiosos do passado, os arqueólogos deveriam contar com os antropólogos para compreender melhor ambas as funções nas representações que dele fazem as sociedades atuais.

Em relação aos sítios arqueológicos, na tradição oral não se podem confundir as narrativas míticas e lendárias associadas aos vestígios mais antigos (mamoas, petróglifos, castros...) com as memórias partilhadas do passado recente (engenhos hidráulicos, construções de apoio agrícola, muros apiários...): as primeiras interpretam numa descontinuidade temporal e cultural, enquanto que as segundas narram episódios frequentemente de carácter autobiográfico. No que diz respeito ao passado remoto e aos seus vestígios, ao tentar explicar os processos que regem a formação das lendas, Arnold van Gennep defendia a existência de diferenças entre as comunidades predatórias paleolíticas e as camponesas neolíticas, pois, segundo ele, nas primeiras são predominantes as narrativas de base zoológica, por oposição às segundas, nas que assumem uma maior importância as de natureza astral⁴¹ (Fig. 9).

Parafraseando Vansina⁴², afinal os historiadores não podem prescindir dos antropólogos culturais nos seus estudos sobre os sítios arqueológicos, pois sem o trabalho destes não poderão compreender as origens, as motivações e os significados da tradição oral local associada aos mesmos. Como pudemos comprovar nos casos específicos dos vestígios afetados pelas grandes obras públicas, estas narrativas endógenas são as que muitas vezes permitem ao arqueólogo localizar, interpretar e entender estes sítios.

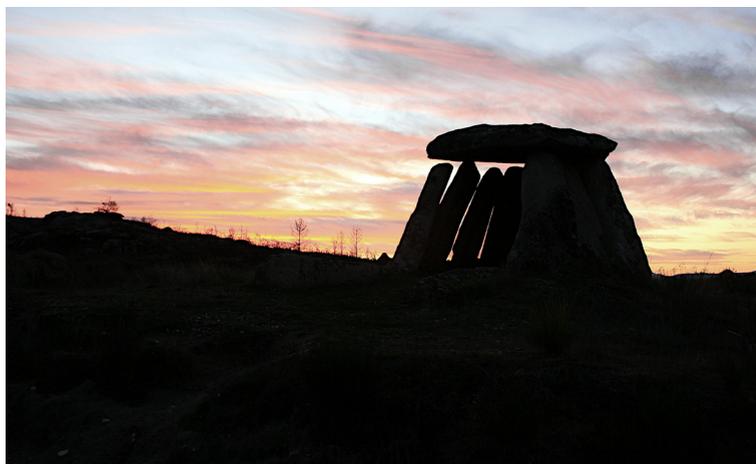


Fig. 9. As comunidades humanas de base económica produtora desenvolvem com frequência mitos etiológicos de carácter astral. Casa da Moura em Zedes, dezembro de 2011

⁴⁰ CANDAU, 2013 [2005]: 35.

⁴¹ VAN GENNEP, 1914 [1910]: 68.

⁴² VANSINA, 1966 [1961]: 200.

Surpreendentemente, em datas recentes, mais do que uma dezena de autores analisaram sob pontos de vista muito heterogêneos diversos aspetos da tradição oral, mas nada referem a respeito de uma eventual relação entre esta e a arqueologia⁴³. Porém, sem pretendermos ser exaustivos, pode-se afirmar que na tradição oral do ocidente da Península Ibérica são muitos os mitos populares e as narrativas, que frequentemente se registam, associados a determinados vestígios arqueológicos:

- Os mouros e as mouras, quer como construtores/moradores⁴⁴ quer como guardadores de riquezas ou tesouros ocultos. De certa maneira, o território da «mourinidade» é uma expressão quase sempre certa do espaço arqueológico⁴⁵.
- As pragas de alimárias, quer em forma de formigas, serpes ou insetos com asas, que devoram crianças e obrigam a mudar o local original de residência de uma dada comunidade humana para outro relativamente perto dele⁴⁶. Como já foi indicado há quase um século para o território transmontano, «os locais cujo despovoamento se atribui às formigas encerram ruínas arqueológicas de civilizações extintas»⁴⁷.
- Os túneis, minas, grutas e caminhos subterrâneos que comunicam determinados lugares ou pontos no espaço, por vezes correspondentes a certos alinhamentos arqueo astronómicos pretéritos: solstícios, lunastícios, etc.⁴⁸.
- As traves soterradas, que podem ser de ouro, de veneno ou de alcatrão, susceptíveis de trazerem ao seu achador a felicidade ou a desgraça eternas⁴⁹.
- As sete senhoras, os sete irmãos e os sete santuários, correspondentes a um septenário sagrado distribuído por outros tantos outeiros, cuinhas, castros ou singulares elevações do terreno⁵⁰.

Seja como for, convém ainda não esquecer que no ocidente ibérico a tradição oral relacionada com os sítios arqueológicos refere-se às próprias sociedades rurais tradicionais que a elaboram e não às comunidades da pré e proto-história, tal como acertadamente nos lembram Criado⁵¹ e Quintía⁵². Afirma o primeiro destes autores que: «los mitos que se narran en relación con ciertos petroglifos y otros restos arqueológicos, únicamente nos ilustran, en cuanto tales mitos, acerca de la sociedad que los cuenta, y nada de aquella otra que construyó el objeto o monumento que sirve de pretexto al mito»⁵³. Por sua vez,

⁴³ LONGUEIRA, *coord.*, 2005.

⁴⁴ ALONSO, 1998; GONZÁLEZ-REBOREDO, 1971, *passim*; 1983: 13-14.

⁴⁵ CRIADO, 1986: 253.

⁴⁶ LADRA, 2021: 86-93.

⁴⁷ FERREIRA, 1932: 67.

⁴⁸ ALMAGRO-GORBEA, BOUZAS, LADRA, 2021.

⁴⁹ GONZÁLEZ-REBOREDO, 1971: 79-81.

⁵⁰ LADRA, 2021.

⁵¹ CRIADO, 1986.

⁵² QUINTÍA, 2016.

⁵³ CRIADO, 1986: 244.

o segundo não deixa de postular que «os mouros não são o simples recorde dos habitantes pré-históricos»⁵⁴. Tudo isto referir-se-ia à tradição oral dos sítios pré-históricos, antigos e medievais, mas não à dos modernos e contemporâneos.

Os lugares em que aparecem mouras e mouros constituem uma peculiar geografia mítica, com três categorias fisiográficas principais: as paisagens naturais de grande carga simbólica (rios, fontes, grutas...), as formações rochosas singulares (por forma, disposição e/ou tamanho) e os sítios arqueológicos, especialmente os de carácter megalítico, os grafismos rupestres e os castros⁵⁵.

A geografia mítica dos mouros representa para as comunidades camponesas uma ordenação simbólica da paisagem, com múltiplas representações microtoponímicas tomadas diretamente da cultura camponesa: «casa» dos mouros, «eira» das mouras, «torre» dos mouros, «fuso» da moura, «outeiro» das mouras, «pena» da moura, «asentos» dos mouros, «buraco» dos mouros, «forno» dos mouros, «cortello» dos mouros, «silla» do mouro, «cama» da moura, «cova» da moura, «pala» dos mouros, «túnel» dos mouros, «fonte» da moura, «casota» dos mouros... E os mouros estão associados não apenas aos sítios arqueológicos, mas também aos tesouros neles ocultos. Neste caso, o «ouro dos mouros» não deixa de ser uma representação do poderio económico e uma certa imagem do sagrado⁵⁶. Outros autores também identificam esses tesouros dos mouros com uma representação da riqueza extraordinária e da ausência da necessidade humana de trabalhar para poder viver⁵⁷.

Para rematar, apenas nos resta afirmar que, no que às comunidades rurais atuais do ocidente ibérico diz respeito, não podemos concordar com autores citadinos que afirmam peremptoriamente que «as tradições estão mortas»⁵⁸. As tradições não constituem restos fossilizados, pois têm a singular capacidade de se adaptarem aos novos tempos, introduzindo mudanças que permitem a sua sobrevivência. É certo que muitas populações rurais estão hoje em franca crise demográfica e diretamente ameaçadas pelo despovoamento, mas, mesmo assim, as tradições orais, quer estejam ainda vivas no discurso verbal através das lendas locais, quer tenham sido conferidas e registadas por escrito, representam uma visão simbólica que da paisagem cultural mais antiga têm hoje os detentores deste vasto património etnológico e arqueológico.

O contributo etnológico da análise das tradições orais locais para o estudo das estações arqueológicas não deixa de ser uma importante mais-valia em termos de identificação e localização dos sítios, assim como para a sua explicação biográfico-funcional e para a democratização do património cultural⁵⁹. Nestes processos deveriam

⁵⁴ QUINTÍA, 2016: 10.

⁵⁵ LLINARES, 1990: 79.

⁵⁶ GONZÁLEZ-REBOREDO, 1983: 18.

⁵⁷ GARCÍA PORRAL, 2010: 75.

⁵⁸ LIPOVETSKY, 2013 [1983]: 305.

⁵⁹ PEREIRO, PRADO, 2021: 31.

estar diretamente envolvidos não só os arqueólogos, mas também os etnólogos e os antropólogos culturais, com as suas próprias ferramentas teóricas e com as suas próprias metodologias de pesquisa, entre as quais se incluem o trabalho etnográfico, a realização de entrevistas e a observação participante.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO-GORBEA, Martín; BOUZAS, Antón; LADRA, Lois (2021). *Otra forma de ver el paisaje: "paisaje sacro" y topoastronomía en Viveiro (Lugo, Galicia)*. «Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid». 47:1, 169-206.
- ALONSO, Fernando (1998). *Las mouras constructoras de megalitos: estudio comparativo del folklore gallego con el de otras comunidades europeas*. «Anuario Brigantino». 21, 11-28.
- APARICIO, Buenaventura (1992). *A tradición oral en Poio: claves interpretativas*. Pontevedra: Deputación Provincial.
- APARICIO, Buenaventura (1997). *El folklore en los yacimientos arqueológicos de Galicia*. Madrid: UNED. Tese de doutoramento.
- APARICIO, Buenaventura (1999). *Mouras, serpientes, tesoros y otros encantos: mitología popular gallega*. Sada: Edición do Castro. 2.^a ed. 2004.
- AYÁN, Xurxo; ARIZAGA, Álvaro (2005). *Os castros do Neixón como espazo simbólico na paisaxe rural tradicional (notas etnográficas e reflexións sociais)*. In AYÁN, Xurxo, coord. *Os castros do Neixón. Boiro, A Coruña*. Noia: Toxosoutos, pp. 289-329.
- BALBOA, Antonio (2005). *A raíña Lupa. As orixes pagás de Santiago*. Compostela: Lóstrego. V Prémio de Ensaio «Manuel Murguía».
- BARBOSA, Rui et al. (2017). *O Plano de Salvaguarda do Património Cultural do AHFT como ferramenta na minimização de impactos sobre o património. Resenha das metodologias e resultados*. In CARVALHO, Pedro et al. *Estudo histórico e etnológico do Vale do Tua*. Porto: EDP, vol. 3, pp. 366-390.
- BELLO, José; GONZÁLEZ, Begoña (2008). *Elviña, yacimiento arqueológico. Investigación e intervenciones arqueológicas en el Castro de Elviña*. «Férvedes». 5, 329-338.
- BRANCO, Gertrudes (2017). *As expressões de arquitectura vernacular em contexto de avaliação de impacte ambiental*. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, coord. *Genius Loci. Lugares e significados*. Porto: CITCEM, vol. 2, pp. 405-418.
- CANDAU, Joël (2013 [2005]). *Antropologia da memória*. Lisboa: Instituto Piaget. (Col. Epistemologia e Sociedade; 271).
- CARVALHO, Pedro et al. (2017). *Estudo histórico e etnológico do Vale do Tua*. Porto: EDP. 3 vols.
- COIMBRA, Fernando (2005). *Arte rupestre e lendas populares*. «Revista de Portugal». Nova Série. 2, 10-14.
- CRIADO, Felipe (1986). *Serpientes gallegas: madres contra rameras*. In BERMEJO, José. *Mitología y mitos de la Hispania prerromana 2*. Madrid: Akal, pp. 241-274.
- DORDIO, Paulo (2013). *Investigação e desenvolvimento no Plano de Salvaguarda do Património do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor*. In *Actas das Primeiras Conferências do Museu de Lamego / CITCEM. História e Património no/do Douro: Investigação e Desenvolvimento*. Lamego: Museu de Lamego; DRCN, pp. 151-170.
- FERREIRA, Cândida Florinda (1932). *Carrazeda de Ansiães. Notas monográficas*. Lisboa: Tipografia Editora Silvas.
- FILGUEIRAS, Ana (2000). *Estudo antropológico da área do xacemento castrexo de Elviña*. Corunha: Câmara Municipal; PDCE.
- FILGUEIRAS, Ana (2008). *O val de Elviña, a identidade cultural na memoria*. Corunha: Universidade da Corunha.

- GARCÍA PORRAL, Xoán Carlos (2010). *Lendas castrexas. Antropoloxía da tradición oral no concello de Lalín*. Santiago de Compostela: Lóstrego.
- GEERTZ, Clifford (2003 [1973]). *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa Editorial. (Antropología Série CLA-DE-MA).
- GONZÁLEZ-REBOREDO, Xosé Manuel (1983). *Lendas galegas de tradición oral*. Vigo: Galaxia.
- GOODY, Jack (1988 [1977]). *Domesticação do pensamento selvagem*. Lisboa: Presença.
- JERÓNIMO, Rita; CORREIA, Patrícia; SILVA, Luís (2003). *Moinhos de água no regolfo do Alqueva e açude de Pedrógão*. In LANÇA, Maria João, ed. *No tempo dos moinhos do Guadiana e outros tempos*. Beja: EDIA, pp. 19-103. (Memórias d'Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva; 3).
- LADRA, Lois (2003). *Recuperando a nosa memoria: o castro de Elviña nas coplas populares*. «Boletín da Asociación de Amigos do Museo Arqueolóxico da Coruña». 5, 9-11.
- LADRA, Lois (2017). *Três estudos de etnologia fluvial no rio Tua: pesca artesanal, moagem de cereais e travessia ribeirinha*. In CARVALHO, Pedro et al. *Estudo histórico e etnológico do Vale do Tua*. Porto: EDP, vol. 2, pp. 244-348.
- LADRA, Lois (2018). *Arqueologia da indústria moageira em Castelo Branco. Moinhos hidráulicos no rio Ocreza*. Carviçais: Lema d'Origem.
- LADRA, Lois (2021). *Religiosidade popular e mitos fundacionais no Douro Transmontano*. Vila Real: Câmara Municipal. (Cadernos culturais da CMVR – GLVR; 24).
- LADRA, Lois (2022). *Notas sobre algumas lendas associadas a penedos senleiros*. «Pena do Encanto», 11.
- LANÇA, Maria João, ed. (2003). *No tempo dos moinhos do Guadiana e outros tempos*. Beja: EDIA. (Memórias d'Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva; 3).
- LIPOVETSKY, Gilles (2013 [1983]). *A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Edições 70.
- LLINARES, María del Mar (1990). *Mouros, ánimas, demonios. El imaginario popular gallego*. Madrid: Akal Universitaria.
- LONGUEIRA, María Isabel, coord. (2005). *A tradición oral. Homenaxe a Xaquín Lorenzo. V Xornadas Internacionais de Cultura Tradicional*. Carnota: Asociación Cultural Canle de Lira.
- MARTÍNEZ-SALAZAR, Andrés (1909-1910). *Sobre apertura de mámoas a principios del siglo XVII*. «Boletín de la Real Academia Gallega», 26, 25-27; 28, 73-74; 34, 217-221.
- PARAFITA, Alexandre (2006). *A mitologia dos mouros. Lendas, mitos, serpentes, tesouros*. Vila Nova de Gaia: Gailivro.
- PARAFITA, Alexandre (2012). *Antropologia da comunicação*. Lisboa: Âncora.
- PEREIRO, Xerardo; PRADO, Santiago (2021). *Patrimonio etnológico: visiones antropológicas*. Madrid: Síntesis.
- QUINTÍA, Rafael (2014). *Patrimonio inmaterial de San Martiño de Salcedo. Lendas, historias e crenzas*. Pontevedra: SAGA.
- QUINTÍA, Rafael (2016). *Monte das Croas. Antropoloxía dun castro*. Pontevedra: SAGA.
- SARTAL, Miguel; LLINARES, Mar (2009). *O pasado incesante: visión popular da arqueoloxía da Mourela*. In BONILLA, Andrés; FÁBREGAS, Ramón, ed. *Círculo de engaños: excavación del cromlech de A Mourela*. Santiago de Compostela: Andavira, pp. 197-215.
- SOEIRO, Teresa (2013). *Requiem pelo património fluvial vernacular do Douro*, In *Actas das Primeiras Conferências do Museu de Lamego / CITCEM. História e Património no/do Douro: Investigação e Desenvolvimento*. Lamego: Museu de Lamego; DRCN, pp. 233-245.
- VAN GENNEP, Arnold (1914 [1910]). *La formación de las leyendas*. Madrid: Gutenberg. [Reed. facsimilar em 1982, Barcelona: Alta Fulla].
- VANSINA, Jan (1966 [1961]). *La tradición oral*. Barcelona: Labor.